

TEMPO DE REVOLUÇÃO

MAIO DE 2023 - R\$ 5,00 - CONTRIBUA: PIX@MARXISMO.ORG.BR

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 28



EDITORIAL

A farsa da Consulta Pública e a continuidade da luta pela revogação do Novo Ensino Médio

Fernando Frazão/Agência Brasil

A crescente revolta dos estudantes contra o Novo Ensino Médio (NEM) forçou movimentações por parte das organizações estudantis e sindicais, bem como do governo Lula-Alckimin. Embora essa revolta esteja em um momento de espera desde o início da Consulta Pública, é certo que ela não deixou de existir. É preciso um balanço do que fizemos até aqui, da postura das direções estudantis e sindicais, das táticas do governo e como seguir a luta pela revogação durante e para além da Consulta Pública.

Traição das direções

Se de um lado, um calendário de mobilizações foi convocado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), fruto da pressão de estudantes e professores, por outro, estes calendários não foram unificados e mobilizados na base.

A direção da Ubes convocou dois dias nacionais de mobilização pela revogação do NEM - 15 de março e 19 de abril - amplamente espaçados, sem mobilização e organiza-

ção dos estudantes em grêmios ou comitês pela revogação nas escolas entre uma data e outra. Ambos os atos foram muito esvaziados na maioria dos locais e a responsabilidade disso é da direção da Ubes. A maior parte dos estudantes sequer conhece a entidade e, para muitos, essa é a primeira luta de suas vidas. Sem confiança na entidade, sem discussões prévias e sem grêmios organizados na maioria das escolas, a mobilização para faltar nas aulas e ir para os atos ficou sob responsabilidade dos professores mais engajados e conscientes da necessidade da revo-

gação, que levaram turmas inteiras para os atos; dos grêmios já mobilizados e dos estudantes que, individualmente, entenderam a necessidade de lutar pela revogação e tiveram a ousadia de faltar nas aulas, de convidar colegas e de ir se manifestar.

A CNTE convocou manifestações de rua e a chamada "Greve Nacional da Educação" em 22 de março e 26 de abril, respectivamente. Ambas igualmente espaçadas e com baixa adesão. No dia 4 de abril, o presidente da CNTE, Heleno Manoel, se reuniu com Lula e com o ministro da Educação Camilo Santana na ocasião

em que foi discutido o anúncio da suspensão do calendário de implementação do NEM. Essa participação significou uma capitulação da organização que tinha convocado a greve nacional da educação. Para o dia 26 de abril, a CNTE pulverizou a decisão de aderir à greve deixando para cada sindicato de base a responsabilidade de decidir sobre a mobilização e a participação dos trabalhadores. O resultado foi que as direções pelegas barraram a adesão dos sindicatos e a greve não aconteceu.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) fez postagens nas redes sociais

contra o NEM, mas não organizou absolutamente nada nas universidades. As direções de partidos que reivindicam a classe trabalhadora, como PT, PCdoB e PSOL, não impulsionaram nem mobilizaram de fato uma campanha pela revogação do NEM.

A luta contra o NEM até agora

O mandato do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) coletou quase 180 mil assinaturas pela revogação no abaixo-assinado que apoiamos e impulsionamos. Estas assinaturas foram entregues ao ministro da Educação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em 12 de abril.

O governo Lula-Alckimin, a partir da pressão dos estudantes e trabalhadores em educação, anunciou a suspensão do calendário de implementação do NEM durante o período da Consulta Pública, cancelando as mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) previstas para 2024, exonerou ainda o Coordenador Geral do Ensino Médio no MEC, Fernando Wirthmann, um bolsonarista que havia sido reconduzido ao cargo por Camilo Santana.



Fernando Frazão/Agência Brasil

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Jonathan Vitorio
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Bruna dos Reis, Flávio Reis, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Rafael Prata

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

Lula foi intransigente em suas repetidas declarações de que não defende a revogação do NEM, que sua posição é para suspender o que estava sendo feito e “discutir”. A propaganda do governo, adotada pela Ubes, é de que “não se pode voltar ao que tinha antes” ou “não se pode voltar ao passado”, “não podemos revogar por revogar”. Como se o modelo anterior do Ensino Médio fosse pior do que o que há agora. Pura propaganda e os estudantes sabem disso. O que há agora é muito pior do que o modelo anterior. Mas, se é tão ruim assim, por que o governo não quer revogar e as organizações abandonaram a luta?

Em primeiro lugar, é preciso ter clareza que o governo Lula-Alckmin é um governo de colaboração de classes, com um programa burguês e submisso aos interesses do imperialismo. E em tempos de crise, como a que vivemos, o Capital precisa encontrar meios de sair da crise, sem reduzir suas taxas de lucro. Isso significa nos fazer pagar pela conta.

No Manifesto Comunista, Marx e Engels explicaram:

“As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem a riqueza por elas gerada. — E como triunfa a burguesia das crises? Por um lado, pela aniquilação forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda de antigos mercados. De que modo, então? Preparando crises mais unilaterais e mais poderosas, e diminuindo os meios de prevenir as crises.”

Uma parte do que significa a aniquilação forçada de uma massa de forças produtivas é a destruição da força criadora do ser humano, a destruição de suas condições de vida digna e da incapacitação por adoecimento, físico ou psicológico, para exercer sua criatividade e força social transformadora. Para conquistar novos mercados, um dos meios utilizados pelo Capital é avançar na privatização de serviços que são públicos, um dos objetivos centrais da burguesia com o NEM. Ao introduzir a educação a distância, contratação de profissionais precarizados e parcerias público-privadas,

está em xeque a educação pública, gratuita e para todos tal como a conhecemos. A exploração mais profunda de antigos mercados, por sua vez, significa espremer ainda mais a riqueza produzida pelos trabalhadores brasileiros e convertê-la em pagamento da Dívida Pública, interna e externa. O infográfico acima mostra como funciona o sistema da Dívida Pública, que engole todos os anos recursos valiosos dos serviços públicos para engordar os bolsos dos parasitas do mercado financeiro.

Em 2022, o Valor Anual por Aluno (VAAF), vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), foi atualizado para R\$ 4.873,78. Esses valores são muito ínfimos se comparamos com as reais necessidades dos estudantes. O Fundeb é composto por impostos específicos de todos os entes da Federação. Ele tem regras específicas para ser usado e são burocracias gigantes. Além disso, está atrelado à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, sua utilização está submetida ao pagamento dos juros e amortizações da Dívida Pública.

O objetivo do Capital é reduzir ao máximo esses custos e, portanto, a revogação do NEM está fora do cardápio para um governo que quer colaborar com esses interesses.

As organizações que abandonaram a campanha pela revogação do NEM, na verdade, nunca estiveram nela. Estavam mais reagindo a uma pressão da base. Agora estas mesmas organizações manobram com a

Consulta Pública e querem tirar de Lula a responsabilidade pela revogação.

A farsa da Consulta Pública

O governo iniciou a chamada “Consulta Pública” e nela estão previstas audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais. Mas, a verdade é que essa consulta não passa de uma farsa. O questionário para coletar opiniões sobre a Política Nacional do Ensino Médio coletou apenas 1953 contribuições até o dia 12 de maio. A burocracia para se cadastrar no gov.br é enorme e o questionário prolixo. A primeira audiência pública com o Conselho Nacional de Educação (CNE), que ocorreu no dia 11 de maio, em Brasília foi absolutamente esvaziada.

Veja com o foi a audiência pública de 11/05:



Ademais, os conselheiros expressaram a necessidade de “ampliar” o NEM e não de revogar. Eles também estão comprometidos com instituições privadas de ensino e com os interesses do Capital.

Como continuar a luta pela revogação do NEM?

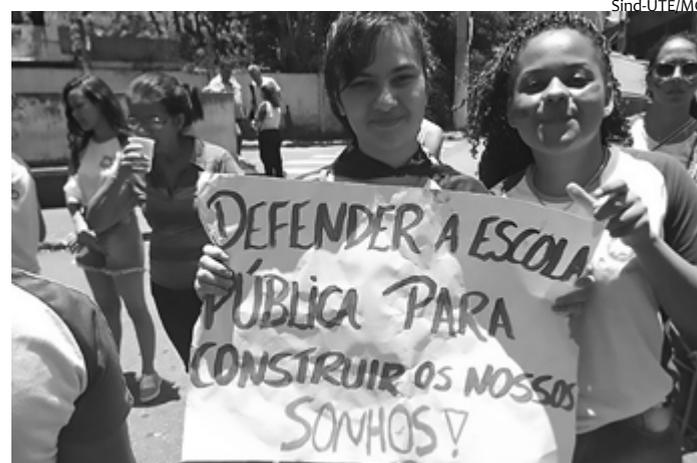
Como explicamos no início, a revolta que os secundaristas e trabalhadores em educação sentem contra o NEM não deixou de existir porque



Nossa tarefa consiste em explicar o sentido profundo dessa contrar-reforma, de defender a educação pública, gratuita e para todos e como ela foi conquistada na história através da luta. É preciso seguir denunciando as condições de estudo e como temos sido prejudicados com o NEM, coletar relatos entre estudantes, publicá-los e divulgá-los. É preciso denunciar a farsa da Consulta Pública e o sistema da Dívida Pública.

Nossa tarefa é inspirar na juventude a confiança em suas próprias forças ao lado da classe trabalhadora, e aumentar o nível de organização. De estudantes e professores isolados em nossa indignação, precisamos agrupar outros jovens e constituir comitês pela revogação. Onde já existem comitês, construir ou reconstruir os grêmios livres nas escolas e onde já existem estudantes organizados em grêmios, mostrar o caminho da revolução e do socialismo, a necessidade do partido revolucionário e a importância do marxismo.

É preciso mostrar que há um caminho. A Revolução Russa trouxe enormes ganhos para a educação pública, gratuita e para todos. Idealizou e implementou um outro tipo de educação. É preciso conhecer essas conquistas e os limites de outras experiências. Nossa luta pela transformação da escola começa com a revogação do NEM, mas termina com a mudança radical da nossa sociedade, uma mudança socialista, onde a economia seja planejada democraticamente e sob controle dos trabalhadores para atender os interesses da maioria e não do lucro. Esse é o futuro que exigimos!



Sind-UTE/MG

FÁBRICAS OCUPADAS

OCUPAÇÕES FABRIS: MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

“Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Somos o presente e o futuro da humanidade.” (Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores – Caracas, outubro de 2005)

LÍCHICO AVIZ

Em 2022, comemoramos os 20 anos das ocupações e controle operário nas fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra, em Joinville (SC). Realizamos atividades, apresentamos artigos e lançamos a edição nº 23 da revista América Socialista em homenagem ao Movimento das Fábricas Ocupadas, organizado e dirigido pelos militantes da Esquerda Marxista, responsável por esse processo extraordinário da classe trabalhadora brasileira. Em 2023, continuamos promovendo discussões e publicações em nosso jornal Tempo de Revolução tratando do caso, pois é nosso dever como revolucionários manter viva a memória das ações de classe operária.

Justamente neste sentido, no início do ano passado, me propus a produzir uma dissertação de mestrado no programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) capaz de socializar e refletir sobre estes acontecimentos, na maior cidade de Santa Catari-

na, entre 2002 e 2007. Tendo o materialismo histórico-dialético como único método interpretativo e propositivo, apresento um trabalho que contesta o patrimônio industrial autorizado e o próprio conceito de Patrimônio Cultural, produto material e imaterial burguês com um papel ideológico para a sociedade.

O instrumento de patrimonialização, oriundo da Revolução Francesa, tem historicamente a função de legitimar e construir a ideia dos Estados Nacionais como elementos supraclássistas e mediadores das necessidades de todos.

Contudo, assim como o próprio Estado, promove somente os interesses, memórias, monumentos e documentos que exaltam e qualificam as classes dominantes com seus “heróis”. Trata-se da seleção e produção histórica e contemporânea de ocultar os feitos e conquistas dos trabalhadores, como foram as ocupações fabris em Joinville. Em oposição a isso trabalham os historiadores, os demais profissionais do patrimônio e militantes comunistas que buscam expor as vidas proletárias, aquelas que são responsáveis por fazer todas as rodas girarem na sociedade.

Assim proposto, este trabalho apresentará em seu final uma análise sobre as posições da imprensa burguesa joinvilense entre 1996 e 2007, expondo as fontes encontradas no Arquivo Histórico da cidade; um ensaio sobre memória e ideologia a partir do patrimônio industrial da ocupação; e as vozes das ocupações em entrevistas com operários e dirigentes políticos do processo com suas reverberações para o presente.

Assim proposto, este trabalho apresentará em seu final uma análise sobre as posições da imprensa burguesa joinvilense entre 1996 e 2007

Dessa forma, buscarei ofertar à historiografia comprometida com a classe trabalhadora e a revolução um material que cumpra o dever de memória operária, que sempre sur-

Acervo da Esquerda Marxista

ge com as necessidades do presente. Em nosso tempo, urge para contrapor o discurso conformado e contrarrevolucionário que afirma a incapacidade dos trabalhadores e da juventude em construir uma saída para a crise capitalista. Nossa história e luta demonstram o contrário disto e aniquilam a hipótese de que os trabalhadores, principalmente do sul do Brasil e Joinville, são reacionários e fascistas. Esta cidade, assim como o mundo inteiro, respira luta de classes e vontade de organização.

Como um primeiro resultado deste trabalho, compartilhamos aqui um artigo publicado nos anais das “VII Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio”, promovido pela Universidade La Salle, de Canoas (RS). Neste texto, discuto, de maneira introdutória, o conceito de Memória e Patrimônio Industrial à luz da ocupação e controle operário em Cipla e Interfibra.



Nos próximos meses teremos as novas publicações que apresentarão os resultados da pesquisa. Conhecer a história do Movimento das Fábricas Ocupadas é fundamental para que possamos nos armar para nossas lutas no presente e para as que virão, a luta da classe trabalhadora brasileira pela superação da produção capitalista e a construção de um mundo socialista.



MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA



O papel do racismo na divisão da classe trabalhadora

IFLÁVIA ANTUNES

Entre as opressões utilizadas pelo sistema capitalista, o racismo faz parte do repertório sobre o qual se assenta e edifica historicamente a ideia de que os miseráveis foram feitos de um “barro diferente” e, portanto, é natural que sejam explorados, não só por uma raça superior como se possa supor, mas por uma classe que se julga superior.

Para iniciarmos essa discussão, é importante destacar que embora o racismo não seja um produto do século 19, foi no contexto deste século, que de acordo com Giralda Seyfert:

“O racismo resultou de uma sobreposição da ideo-

logia (de superioridade da raça branca) à ciência, no contexto do expansionismo europeu, da luta de classes, da revolução de 1848, da emergência do socialismo e da cristalização dos nacionalismos. Os pressupostos da desigualdade biológica com referência à humanidade, portanto, não abrangiam apenas as chamadas “raças inferiores” (os não brancos), mas também as “classes inferiores”, o “sexo inferior”, os “grupos étnicos inferiores” etc. Afinal, para muitas doutrinas racistas, os europeus verdadeiramente superiores eram homens da classe dominante (aristocracia e burguesia); as mulheres, as classes trabalhadoras (camponeses, operários), os pobres em geral, os ciganos, os judeus e muitos outros penavam

no inferno da inferioridade biológica e da dominação legítima.”¹

o racismo faz parte do repertório sobre o qual se assenta e edifica historicamente a ideia de que os miseráveis foram feitos de um “barro diferente” e, portanto, é natural que sejam explorados

É também da efervescência do século 19, não só a determinação do fim do tráfico negreiro, mas a Lei 601, chamada Lei de

Terras, que fazia parte de uma política imigratória que passava a condenar a escravidão assumindo-a como entrave ao desenvolvimento econômico e civilizatório que caracterizaria uma nação moderna na qual despontava o capitalismo industrial.

Entretanto, ao passo que cessava o tráfico mantinha-se intocada a escravidão, uma vez que a nova política de mão de obra assentava-se no controle estatal ainda maior sobre os africanos livres. E se por um lado os ex-escravos não seriam mais entregues a particulares, passariam a partir de então a ser empregados em instituições e obras públicas, o que continuou assassinando os africanos sem que pudessem

de fato gozar da liberdade prometida – isso sem desconsiderarmos que o tráfico interno permaneceu largamente ativo².

Contudo, a despeito das mudanças ocorridas desde a Independência, ainda havia uma pendência em relação à posse de terras no país, pois na época da colônia as terras eram concedidas pela Coroa no regime de sesmarias. Nesse momento (1850), havia a demanda de redefinição da regulamentação da questão fundiária, especialmente se considerarmos a necessidade da substituição da mão de obra escrava nas fazendas, o que incentivava a vinda de imigrantes – inclusive para o embranchamento do país. A partir de então se apre-

senta uma concepção moderna em que a terra passa a ser entendida como mercadoria, reafirmando a estrutura latifundiária no Brasil.

Regularizando as escrituras dos grandes proprietários e impondo uma série de dificuldades e impossibilidades aos pequenos produtores, o sistema gerou um contingente de mão de obra assalariada que abasteceu as grandes fazendas. Essa forma de legalização da posse da terra delinea exemplarmente o modelo de sociedade capitalista emergente, reafirmando os critérios de distinção entre a classe dominante e o proletariado, com forte componente racial na sua formulação.

Esse componente racial expresso na política de embranquecimento da população brasileira seguiu o lastro da política já experimentada nos EUA. A intenção era criar uma classe operária branca para se opor à preta já existente. No artigo de Theodore W. Allen³ sobre a invenção da raça branca, o autor ilustra essa questão trazendo o exemplo da Rebelião de Bacon de 1676, quando servos europeus e africanos (contratados, escravizados e livres) insatisfeitos se uniram contra a política fiscal da colônia da Virgínia⁴.

Os EUA fizeram escola para o mundo ao defender o controle social tendo por base a escravidão e a servidão de negros e brancos, em que o papel

do branco pobre era essencial para apartar etnicamente brancos e negros, promovendo dessa forma um racismo anti-negro que, em última instância, servia para romper qualquer possibilidade de unidade de classe.

Essa forma de legalização da posse da terra delinea exemplarmente o modelo de sociedade capitalista emergente, reafirmando os critérios de distinção entre a classe dominante e o proletariado, com forte componente racial na sua formulação

Theodore Allen ainda questiona em seu artigo o porquê da escravidão racial e por que os servos brancos não foram reduzidos a servidão perpétua. E a resposta é porque a não servidão do trabalho branco era indispensável para a escravidão do trabalho negro! Essa era a premissa do controle social branco, elevar o proletariado branco como garantidor do Estado burguês.

Dado que a classe trabalhadora branca e negra em diversos momentos

burlou as regras e se aliou contra a burguesia, como no caso da Rebelião de Bacon, uma das questões centrais vivenciadas pelas colônias e pelos impérios passava pela distinção entre a opressão de raça e classe para brancos e negros, reforçando tanto a supremacia branca, quanto a escravidão racial como uma resposta da burguesia para um problema de solidariedade trabalhista⁵.

Da mesma forma, as motivações do processo imigratório de europeus para o Brasil colonial não foi diferente, sendo o seu motor a luta de classes. O processo de branqueamento pós-abolição além de seguir uma classificação e hierarquia social, em que os valores e a percepção de mundo eram brancos, alia de forma incontestemente o racismo não só de raça, mas de classe. A ascensão individual por meio da cor da pele objetiva colocar os membros da mesma classe em oposição uns aos outros.

Rejeitar os traços negroides e assumir uma estética europeia, por meio da miscigenação, fazia parte da ofensiva burguesa. A ascensão social pelo branqueamento se expressou na dicotomia entre o negro pobre e o branco bem sucedido e, colocando-se entre eles, os sujeitos intermediários e em ascensão. Essa é a essência do sistema capitalista: para que ele se mantenha, se faz necessária a naturalização, a

manutenção e o reconhecimento da necessidade da existência de uma classe de explorados e humilhados por uma minoria branca e bem-sucedida.



Arquivo Público

Para os marxistas, a análise de raça sem classe é inócua e não nos permite compreender que a escravidão deixou marcas indelévels nas relações de trabalho, desde a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil até os nossos tempos. O fim do tráfico negreiro, a Lei de Terras, as políticas de imigração e especialmente o branqueamento da população brasileira que se formava visava impedir a fusão do operariado branco e negro, com o intuito de se contrapor a burguesia. Para isso serve

Tomaz Silva, Agência Brasil



o racismo, colocando os negros em uma posição de desigualdade ainda maior na luta de classes.

Analisar o racismo pelas lentes do materialismo histórico significa assumir que a acumulação capitalista funda-se dialeticamente na produção mútua de riqueza e miséria.

A herança escravagista contribuiu para que os negros figurem ainda hoje como majoritários nas estatísticas do sistema carcerário, do extermínio pela polícia e da população de rua, por exemplo. Entretanto, o estado burguês ataca a classe trabalhadora no seu conjunto na medida em que, oprimindo mais severamente uma parcela considerável, essa herança cumpre o papel de divisora e desmobilizadora do único pelotão capaz de derrotá-lo.

A insustentabilidade desse modelo forjado na dominação de uma classe sobre a outra empurrará inevitavelmente a classe trabalhadora para a sua superação. Historicamente, também foram as contradições dos modelos econômicos anteriores que forjaram a ruína das suas estruturas. Da mesma forma ocorrerá com a sociedade capitalista que vem reproduzindo esse ciclo geracional de exploração, pois a classe trabalhadora, independente de cor, nacionalidade, gênero ou crença, só será genuinamente livre numa nova ordem social.

¹ SEYFERT, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos esteriótipos*. 4 5 a Reunião Anual da SBPC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 11 a 16-7-93.

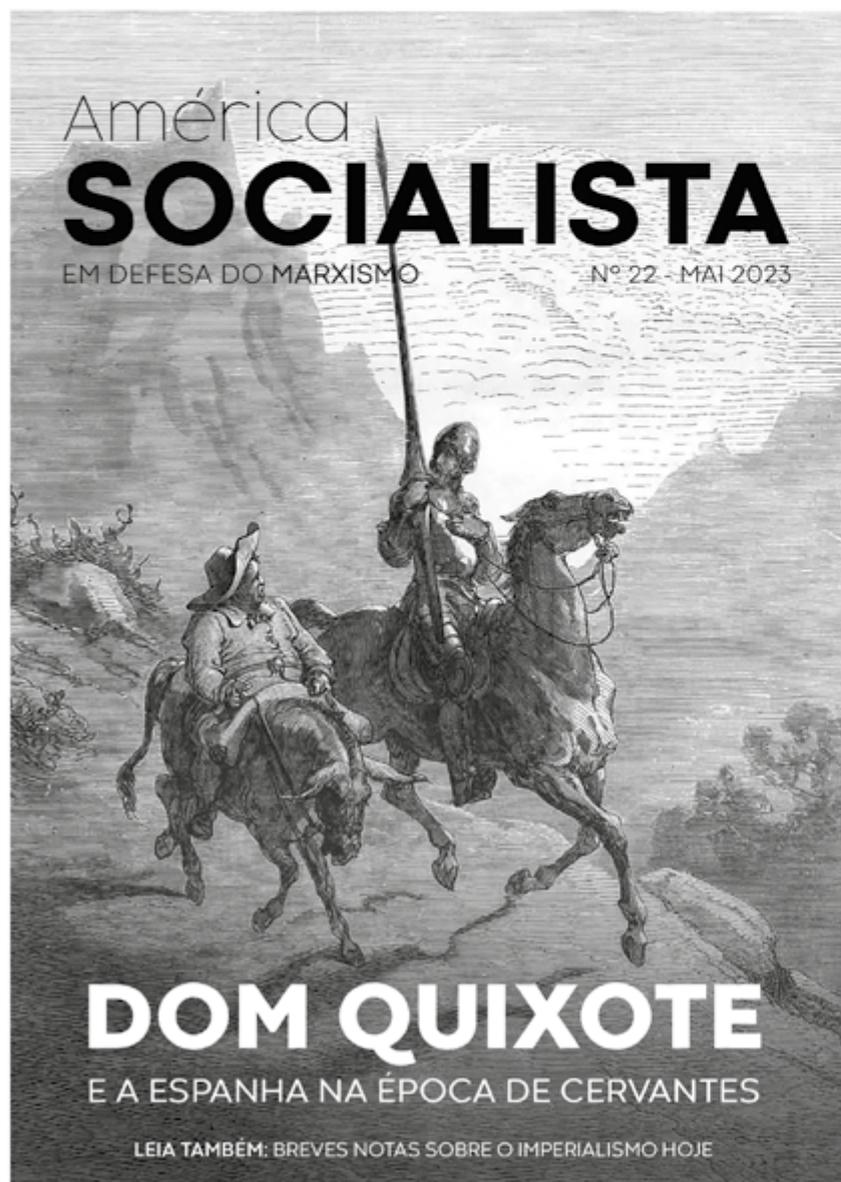
² MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

³ ALLEN, W Theodore. *A luta de classes e a escravidão Racial: A invenção da raça branca*. 1975. <https://www.marxists.org/portugues/allen/1975/mes/07.htm>

⁴ Em linhas gerais o que ocorreu na Revolta de Bacon foi a união de servos europeus e africanos, contratados, escravizados e livres, insatisfeitos com a política fiscal da Virgínia.

⁵ *Revista América Socialista* n° 16. 2.020.

JÁ ESTÁ DISPONÍVEL A NOVA EDIÇÃO DA REVISTA AMÉRICA SOCIALISTA - EM DEFESA DO MARXISMO



A edição 22 da revista América Socialista - Em Defesa do Marxismo traz, neste primeiro semestre de 2023, um conjunto variado de artigos que buscam discutir arte, economia e história sob a ótica marxista.

Reafirmamos nosso compromisso com uma política independente e lembramos que a Revista é a principal campanha financeira da Esquerda Marxista, elaborada a cada semestre.

Para além desta importante contribuição financeira, pedimos aos nossos leitores que divulguem ao máximo este material, bem como organizem eventos de divulgação e venda.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

CONTEÚDO DA EDIÇÃO

Dom Quixote e a Espanha na época de Cervantes
Alan Woods

O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia
Friedrich Engels

Carta de Engels a Margaret Harkness

Sangue e ouro: a conquista espanhola das Américas
Jorge Martín e Ubaldo Oropeza

A Rebelião de Tupac Amaru II e Micaela Bastidas no Peru Colonial
Pascal Cueto

Notas sobre o imperialismo hoje
Serge Goulart



JUVENTUDE

ESTAMOS FARTOS DO CAPITALISMO! EXIGIMOS UM FUTURO!

ENCONTRO
NACIONAL DA
LIBERDADE E LUTA
2023

29 E 30
DE JULHO
EM SP



Estamos fartos desse sistema podre! Queremos estudar, trabalhar e viver com dignidade. Queremos um mundo novo, onde possamos realmente ser livres, nos desenvolver multilateralmente e de forma plena. Queremos acessar o conhecimento acumulado pela humanidade, mas o capitalismo nos oferece o Novo Ensino Médio – esse ataque frontal a educação pública, gratuita e para todos. Queremos ter um emprego digno, mas nos oferecem empregos precários e sem perspectiva. Queremos ter acesso à cultura e ao lazer, mas privatizam nossas casas de cultura e os serviços públicos. Estamos fartos de guerras, de morrer por doenças tratáveis e curáveis. Mas o capitalis-

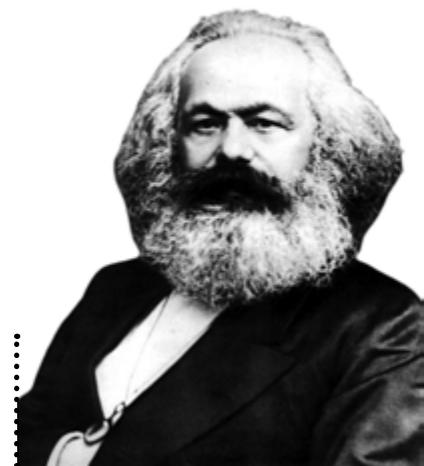
mo coloca o lucro acima de tudo e de todos. A indústria da guerra cresce com conflitos locais e as patentes de vacinas e remédios seguem a frente das vidas humanas.

Na grande façanha humana na Terra e no Universo, ainda não descobrimos sequer um único planeta em que há condições habitáveis para o nosso tipo de vida. A Terra é ainda nosso único lar em todo o vasto Universo e mesmo assim o capitalismo destrói a Natureza desenfreadamente.

A civilização humana conquistou muito conhecimento. Fomos capazes de nos adaptar e de adaptar o meio em que vivemos para satisfazer nossas necessidades, do estômago e da fantasia. Mas o capitalismo está destruindo a civilização e está nos levando

a barbárie, onde apenas os mais fortes – leia-se a burguesia e a classe dominante – poderão viver satisfatoriamente e os demais terão que lutar encarniçadamente por um pedaço de pão. Por onde olhamos no mundo, há inflação e carestia das condições de vida. Está cada vez mais difícil viver e o peso da ausência de um futuro digno nos assombra todos os dias, no mundo inteiro.

Mas não estamos resignados. Nem a classe trabalhadora está. Estamos lutando e tentando abrir uma saída para esse caos que o capitalismo nos impõe. Ventos revolucionários sopram em todos os cantos do mundo e mais nenhum país vive sob condições de estabilidade. A juventude quer viver e ser livre. Não queremos mais viver como antes. Não aceitamos mais a brutalidade policial e do racismo. Não aceitamos mais viver sob essa sociedade machista que assassina mulheres por causa de um véu. Não mais



INSCREVA-SE



ACESSE:

nos calamos perante as opressões contra nossa sexualidade e identidade de gênero. Não aceitamos mais a destruição da Natureza e dos nossos recursos finitos. Estamos realmente fartos dos ataques à nossa escola, universidade, saúde, cultura e ciência públicas. Aliás, queremos Universidade para todos! Queremos uma outra escola! Queremos

uma outra sociedade! Uma sociedade socialista, baseada no controle democrático da produção pelos trabalhadores. Onde a abundância não seja transformada em desperdício porque alguns lucram com isso. Nós dizemos basta! Queremos viver num mundo onde todos possamos ter o direito à felicidade!

É por isso que reivindicamos o socialismo e

a revolução. É por isso lutamos! O capitalismo já deixou claro que não vai nos entregar nada de novo. Se quisermos um mundo novo, teremos que arrancá-lo com nossas próprias forças e com nossa própria organização.

Venha fazer parte de um movimento revolucionário mundial! Participe do Encontro Nacional da Liberdade e Luta!



AMANDA MARQUES
(CONJUNTURA NACIONAL)



LETÍCIA RODIGUES

PROGRAMAÇÃO

DIA 29/07 (SÁBADO)

- 07:00 – Chegada das delegações e credenciamento
- 08:00 – Café da manhã
- 09:00 – Instalação
- 09:15 – 10 anos das jornadas de junho de 2013: Conjuntura Internacional e Nacional
- 12:00 – Almoço
- 13:30 – Campanha Revoga Novo Ensino Médio e Qual Projeto de Escola Queremos
- 16:15 – Tarde Livre
- 19:00 – Festa Vermelha

DIA 30/07 (DOMINGO)

- 07:30 – Café da manhã
- 09:00 – Princípios do Comunismo: Uma Introdução à Filosofia Materialista, Economia Política e Socialismo Científico
- 11:00 – Resoluções e votações
- 12:00 – Encerramento
- 12:15 – Almoço
- 14:00 – Partida das delegações



JÚLIA VASCONCELOS



ROBERTA IORANI



YURI SANTORELLI

CONVIDADOS INTERNACIONAIS



LUBNA BADI
INGLATERRA



SAÚL HARO SÁNCHEZ
MÉXICO



NOEMI LARA GIARDELLO
ITÁLIA

ESPECIAL: 100 ANOS DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Os trotskistas e a interpretação marxista sobre o Brasil

MICHEL GOULART
DA SILVA

O centenário da Oposição de Esquerda (OE), criada contra o processo de stalinização do Partido Bolchevique e impulsionada por Leon Trotsky a partir de 1923, não deve ser apenas um fato comemorativo, mas também de reflexão sobre a história do trotskismo e as contribuições teóricas e políticas da 4ª Internacional. No Brasil, onde a OE começou a se organizar a partir de 1928, essa reflexão passa necessariamente pelo estudo do texto “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”.¹ Assinado por M. Camboa e L. Lyon, pseudônimos de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, ambos fundadores do trotskismo no Brasil, em meados do ano de 1930, o “Esboço” foi publicado pela primeira vez no jornal A Luta de Classe, em sua edição de fevereiro de 1931. Em 1987, ao apresentar uma coletânea de textos produzidos pela primeira geração de trotskistas do Brasil, um de seus fundadores, Fúlvio Abramo, afirmou que no “Esboço” foi feita, “pela primeira vez no Brasil, um esforço sério para compreender a formação nacional a partir da situação de colônia e, depois, de país independente”, em contraste com o PCB, que “não levantara qualquer estudo sério sobre a caracterização da situação nacional” (p. 36).

Essa ponderação feita por Abramo não é por acaso, afinal o “Esboço” foi elaborado em um contexto de fortes divergências no interior

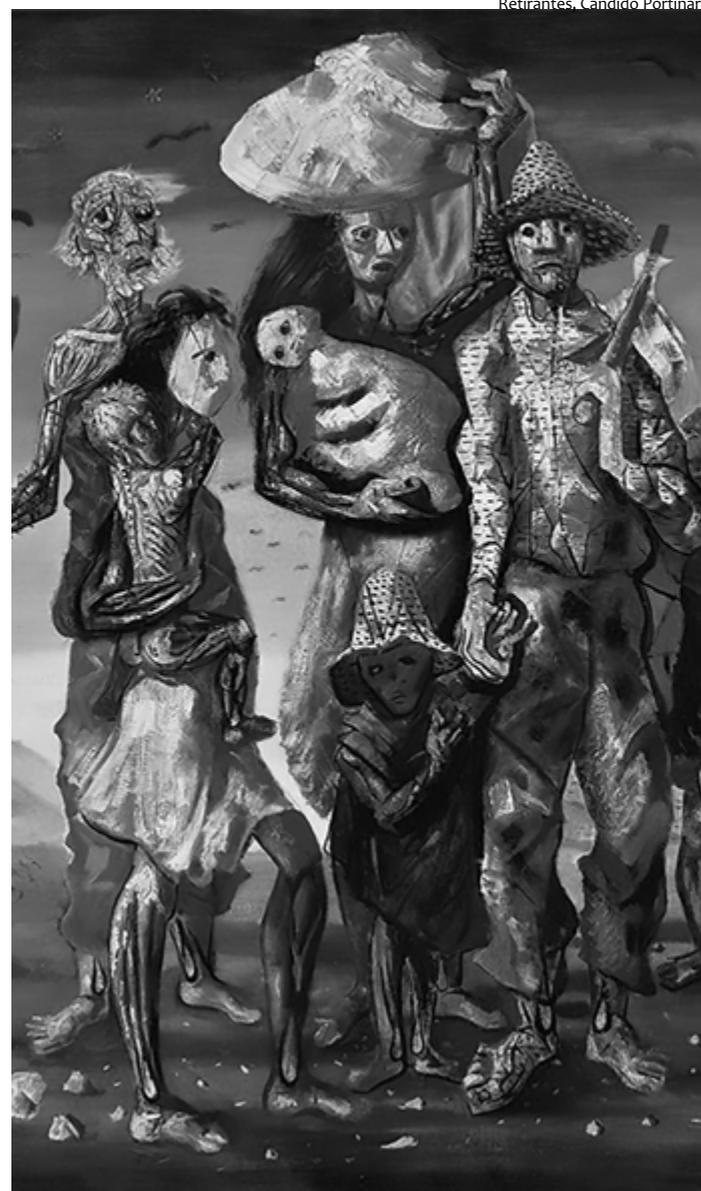
do PCB que culminou na formação de oposições à direção do partido, no final dos anos 1920. Neste processo foi construído o Grupo Comunista Lênin (GCL), entre 1929 e 1930, em torno de ex-militantes do PCB como Mário Pedrosa, Lívio Xavier e Rodolpho Coutinho, entre outros. Formado inicialmente com o objetivo de conferir homogeneidade teórica e política ao grupo de ex-militantes do PCB, o GCL atuava publicamente por meio do jornal A Luta de Classe. Com a criação da Liga Comunista do Brasil (LC), em janeiro de 1931, o grupo mostrava uma maior organicidade política e organizativa, atuando de forma mais efetiva no movimento operário.

Com a criação da Liga Comunista do Brasil (LC), em janeiro de 1931, o grupo mostrava uma maior organicidade política e organizativa, atuando de forma mais efetiva no movimento operário

Desse processo de articulação em torno da política da OE em âmbito internacional e, particularmente, das ideias de Trotsky é produto a elaboração tanto de análises sobre a conjuntura, marcada centralmente pela chamada “revolução” de 1930, quanto o estudo da formação brasileira, expresso principalmente no “Esboço”. Embora

redigido por Pedrosa e Lívio Xavier, o “Esboço” foi resultado dos debates entre os militantes que formavam o GCL e, depois, a LC, ou seja, é uma elaboração coletiva que traduziu o acúmulo das discussões realizadas por aquele grupo em relação ao caráter da formação social brasileira e, por conseguinte, sobre as tarefas que se colocavam para os revolucionários naquela conjuntura.

Neste sentido, é visível a crítica presente no “Esboço” às teses defendidas pelo PCB sob influência do stalinismo e de capitulação a setores da burguesia e da pequena burguesia. O PCB, até aquele momento, tinha como principal elaboração apenas uma brochura de Octávio Brandão, intitulada *Agrarismo e industrialismo*, publicada em 1926. Aristides Lobo, também um dos fundadores do trotskismo do Brasil, definia, em 1931, o texto de Brandão como uma tentativa de análise “antimarxista desastrosa” (p. 75). Brandão, expressando as ideias stalinistas em germinação no interior do PCB, defendia que na sociedade brasileira predominavam os “agraristas”, ou seja, os latifundiários aliados aos financistas ingleses, setor contra o qual se insurgiam os “industrialistas”, ou seja, industriais e pequeno burgueses. Caberia ao proletariado, nesse cenário, lutar ao lado dos “industrialistas” contra os “agraristas”, até a vitória destes e a consolidação de uma revolução burguesa no Brasil. Embora ainda em germinação, estavam dadas as bases para as ideias de “revolução por etapas” e de



Retirantes, Candido Portinari

apoio à “burguesia progressista”, desenvolvidas pelos stalinistas ao longo do século 20.

O “Esboço”, desenvolvendo as ideias trotskistas, apresenta uma perspectiva diferente daquela de Brandão e do PCB. Pedrosa e Xavier afirmam que o Brasil, desde o início de sua história, esteve ligado ao mercado capitalista internacional:

“A burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade. A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos. O Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo. Dos dois eixos de colonização, Bahia – Pernambuco e São Paulo – Rio de Janeiro, o primeiro alcançou sobre o segundo uma vantagem considerável” (p. 64-65).

Partindo dessa perspectiva, pode-se concluir que não havia uma oposição entre industrialistas e agraristas. O Brasil, ao participar no mercado capitalista mundial desde a colonização, deixava de lado qualquer possibilidade de as classes agrárias apresentarem hostilidade ao capitalismo. Além disso, cabe destacar que a relação do Brasil como colônia fornecedora de matérias-

-primas ao mercado europeu moldou as características que o capitalismo assumiu no país.

Em âmbito interno, Pedrosa e Xavier identificam a nascente burguesia brasileira com os cafeicultores do estado de São Paulo:

“Todas as condições necessárias para a grande produção estavam reunidas: terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidade de maior exposição na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura. Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo de exploração determinou, portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas” (p. 66).

Pedrosa e Xavier ressaltaram o fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu paralelamente à sua integração na economia mundial. Pedrosa e Xavier enfatizam a desigualdade do capitalismo no plano internacional, onde os “países coloniais” possuem seu ritmo próprio de desenvolvimento e certa peculiaridade, de-

finida pela combinação entre os elementos mais avançados do capitalismo e as condições materiais e culturais dos países atrasados. Reforçam esse argumento ao se referirem ao surto industrial e a maior penetração capitalista no Brasil. Em determinado momento do documento, afirmam:

“As lutas políticas que a República conheceu até agora e que se produzem, geralmente, por ocasião das eleições presidenciais, desenrolam-se ao redor dos grupos políticos dominantes no estado de São Paulo. A diferenciação econômica entre os estados da federação acentua-se cada vez mais. A burguesia de São Paulo, aliada à de Minas Gerais, conquistou o governo federal. Os representantes parlamentares dos estados secundários tornaram-se representantes do poder central nos estados, ao invés de – segundo a ficção constitucional – representar os estados juntos ao poder central. Mas o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território brasileiro e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias” (p. 67).

Portanto, ainda que de forma desigual, as relações de produção capitalista se desenvolveram no Brasil, expressando a inter-relação entre as condições econômicas e políticas nacionais e internacionais. Nesse processo:

“o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e entra na

esfera de atração imperialista. Com a Grande Guerra e o protecionismo, o crescimento industrial acentuou-se, complicando as relações de classe e os problemas decorrentes” (p. 67-8).

Uma das consequências desses limites no desenvolvimento capitalista e sua relação orgânica com o imperialismo passa justamente pela fragilidade da burguesia, que se mostra incapaz de encabeçar um processo de transformação social. Nesse sentido, afirmam os autores do “Esboço”:

“A penetração do imperialismo é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, mal permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado” (p. 68).

Essas elaborações expressam claramente a influência trotskista, especialmente a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Um de seus desdobramentos disso passa pela incapacidade histórica e política da burguesia em fazer uma revolução e consolidar um regime democrático burguês aos moldes daquele estabelecido na Europa. Pedrosa e Xavier escreveram que, por conta da submissão ao imperialismo:

“a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – sua covardia” (p. 68).

Neste caso, não caberia aos marxistas a perspectiva de unidade ou de apoio em relação a quaisquer frações da burguesia. Pelo contrário, contra o etapismo stalinista, os trotskistas colocavam a necessidade da independência de classes para lutar pela revolução socialista, o que necessariamente deveria assumir as tarefas não cumpridas pela burguesia, lutando contra o latifúndio e a burguesia industrial e seus aliados imperialistas.

O exemplo dessa necessidade de independência do proletariado em luta se mostrou na “revolução” de 1930, que não significou nada mais do que a reorganização das frações burguesas no controle do Estado. Pedrosa e Xavier apontavam no “Esboço” que o caráter reacionário da burguesia tinha como consequência um processo de centralização do aparato estatal. Nesse

sentido, o levante ocorrido outubro de 1930 revelava que o processo de centralização no Brasil ainda não havia encontrado uma fórmula definitiva:

“O levante atual marca um momento desse processo. Os Estados revoltados procuram resolver pelas armas a violenta contradição que opõe a forma política federativa ao desenvolvimento pacífico das forças produtoras. A burguesia brasileira procura uma forma conciliadora entre a tendência à centralização do governo e a forma federativa, garantia da unidade política do Brasil” (p. 72).

Os trotskistas, ao se posicionar em relação às disputas entre as frações burguesas sem buscar um fantasioso segmento “progressista”, foram capazes de identificar a tendência ao bonapartismo, que caracterizou o governo de Getúlio Vargas:

“Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo – ao revolucionar permanentemente a economia dos países que lhe são submetidos – atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo” (p. 68-9).

No final do “Esboço”, Pedrosa e Xavier apontaram que qualquer conquista para os trabalha-

dores viria apenas de sua própria luta e organização. Nesse sentido, sua tarefa mais urgente passava pela “criação de um verdadeiro partido comunista de massas, capaz de conduzi-lo para sua tarefa histórica: a instauração de uma ditadura proletária e a salvaguarda da unidade nacional mediante a organização do Estado soviético” (p. 74).

Com esta e outras elaborações produzidas na década de 1930, os trotskistas brasileiros apresentavam um documento que, apesar das poucas páginas, não apenas explicava os elementos estruturais que marcavam aquela conjuntura como a relacionam ao processo de formação econômica e política do Brasil. Esse primeiro esboço de uma interpretação marxista do Brasil teve a importância não apenas de orientar politicamente os revolucionários, contra a capitulação stalinista do PCB à direção burguesa pretensamente “progressista”, como também influenciou a produção acadêmica. Muitos pesquisadores, entre os quais Caio Prado, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, a partir de estudos empíricos realizados posteriormente, demonstraram a correção das teses apresentadas por Pedrosa e Xavier.

Coube à primeira geração de trotskistas, por meio da elaboração coletiva sistematizada por Pedrosa e Xavier, apresentar o método e os elementos centrais de análise, que permitiram compreender o desenvolvimento do capitalismo e o processo de revolução burguesa no Brasil. Hoje, para os marxistas, partindo deste legado político e teórico, cabe entender a dinâmica do capitalismo e seus desdobramentos políticos, organizando os trabalhadores no sentido da revolução e construindo o partido revolucionário.



Café, Candido Portinari

Nas citações do “Esboço”, foram indicadas apenas as páginas da seguinte edição: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.



75 anos da Nakba: Israel enfrenta uma crise sem precedentes

FRANCESCO MERLI

Traduzido por Fabiano Leite

Em 14 de maio de 1948, o Estado de Israel foi proclamado. Seguiu-se uma campanha de terror prolongada do exército sionista contra a população civil palestina, matando milhares e expulsando 750 mil de suas aldeias e casas.

Este dia marca a Nakba (catástrofe) para os palestinos.

Desde então, Israel passou por muitas guerras, combinadas com uma constante repressão à resistência palestina, a fim de consolidar seu poder.

A reforma judicial de Netanyahu

Israel está agora completando 75 anos em uma situação de crise sem precedentes.

Nos últimos meses, o governo de Netanyahu – o mais reacionário da histó-

ria de Israel – desencadeou a maior, mais persistente e polarizada onda de protestos em décadas. Durante semanas, centenas de milhares de judeus israelenses foram às ruas contra a reforma judicial do governo.

O movimento foi apoiado e promovido por setores decisivos da classe dominante, o exército, o Judiciário e as empresas. Esta é a profundidade da crise. Até a poderosa confederação sindical sionista, a Histadrut, juntou-se às manifestações.

Em 27 de março, uma greve geral, apoiada por um lockout dos patrões, desequilibrou a balança e Netanyahu teve que recuar. Ele anunciou a “suspensão” da reforma judicial e também foi forçado a dar o passo humilhante de reverter a demissão de Yoav Gallant, o ministro da Defesa.

Em uma entrevista, Gallant deu voz ao crescente alarme do *establishment* israelense:

“A divisão crescente em nossa sociedade está penetrando nas Forças Armadas e nas agências de segurança. Isso representa uma ameaça clara, imediata e tangível à segurança do Estado. Eu não vou emprestar a minha mão para isso.”

Sua demissão atirou um ninho de vespas no coração do Estado sionista e entre os apoiadores sionistas de Israel nos EUA e internacionalmente.

Aqui vemos como um indivíduo – Netanyahu – pode desempenhar tal papel ao perturbar um equilíbrio instável e dar uma reviravolta particular à crise, à medida que ela se desenvolve.

O que vemos em Israel tem alguns paralelos com o fenômeno do trumpismo nos EUA. Poderia eventualmente criar as condições para sua própria versão dos distúrbios de janeiro de 2021 no Capitólio.

Benjamin Netanyahu não é uma figura nova na política israelense. Ele é o primeiro-ministro mais duradouro desde que Israel foi criado.

Por décadas, ele navegou em águas turbulentas e em vários escândalos, mas até agora sempre conseguiu superar seus inimigos. No entanto, agora está indissolúvelmente envolvido em vários escândalos de corrupção. Mas está determinado a sobreviver ou a derrubar seus inimigos com ele.

O problema para a classe dominante israelense é que ela perdeu o controle sobre o partido tradicional do sionismo de direita, o Likud, liderado por Netanyahu.

Isso equivale a uma bomba-relógio colocada no coração do sistema. Por essas razões, o conflito decorrente da reforma judicial tem ramificações complexas e de difícil resolução.

Extrema direita supremacista judaica

A ascensão meteórica de Itamar Ben-Gvir e Bezalel Smotrich na política israelense está longe de ser insignificante.

Ben-Gvir, que conquistou sua cadeira na Knesset [Assembleia Legislativa Israelense] em 2021, é o líder da Frente Nacional Judaica, sucessora do partido supremacista judeu Kach.

O Kach foi banido como uma organização terrorista em 1994 depois que Baruch Goldstein, um ativista israelense do Kach dos EUA, abriu fogo contra 800 muçulmanos palestinos que estavam orando, matando 29 e ferindo 125.

Ele foi espancado até a morte pelos sobreviventes, mas continua sendo um herói pessoal para Ben-Gvir. Ben-Gvir foi de fato removido de seu serviço militar nas For-

Amir Terkel, Wikimedia Commons



Durante semanas, centenas de milhares de judeus israelenses foram às ruas contra a reforma judicial do governo Netanyahu

ças Armadas de Israel devido ao extremismo de suas visões racistas, e regularmente participava de comícios de colonos armados em Jerusalém Oriental.

Seu rival, Bezalel Smotrich, lidera o Partido Religioso Sionista (Tkuma). Smotrich é um colono e sempre expressou publicamente suas opiniões racistas, opondo-se aos casamentos mistos e defendendo a separação de mulheres árabes e judias nas maternidades.

Em outubro de 2021, ele disse aos legisladores árabes: “Vocês estão aqui por engano, é um erro que Ben-Gurion não tenha terminado o trabalho e não os tenha expulsado em 1948”.

Este é, de fato, o verdadeiro programa dos supremacistas judeus: provocar uma nova Nakba e expulsar os palestinos de toda a Palestina histórica.

Uma posição perigosa

Até outubro, Netanyahu (como todos os principais sionistas) não teria chegado perto de figuras como Ben-Gvir ou Smotrich, nem compartilhado uma plataforma com eles.

Agora eles são os estímulos de Netanyahu. Ben-Gvir é o ministro da segurança nacional e Smotrich é o ministro das finanças, encarregado da administração da Cisjordânia ocupada por Israel.

Então, por que o papel proeminente dos supremacistas judeus no governo e suas raízes entre os colonos representam um problema tão grande para a segurança de Israel e para a classe dominante?

Diferentes tipos de sionismo podem não concordar com os métodos da extrema direita, mas concordam com o objetivo de um Grã-Israel. A opressão e a repressão palestinas sempre estiveram no centro do movimento sionista.

Os capitalistas israelenses, no entanto, estão conscientes da fragilidade estratégica de Israel.

Seu poder e segurança dependem do apoio do imperialismo norte-americano. Também conta com o firme apoio da população judaica israelense e da rede internacional sionista. Todos estão



sendo minados pela violência do movimento dos colonos e pelas provocações da extrema direita, que estão ficando fora de controle.

Por razões óbvias, Netanyahu não pode se dar ao luxo de alienar a extrema direita, que anda chorando a traição da mudança de sentido da reforma judicial.

Em um de seus golpes de teatro habituais, tirou um coelho da cartola: a constituição da guarda nacional, sonho há muito cobiçado pela extrema-direita.

A guarda terá a tarefa de policiar os palestinos dentro da Linha Verde (fronteiras de 1948). Ben-Gvir está exigindo que seja colocada sob seu comando pessoal.

Provocações

A maneira de Netanyahu se esquivar de uma crise está preparando o terreno para uma crise ainda maior.

O chefe da polícia, Kobi Shabtai, declarou oficialmente que “uma guarda nacional separada da polícia levará as forças a disparar contra elas mesmas”.

A guarda nacional dá uma cobertura legal à violência da extrema-direita e pode ter consequências muito graves, nomeadamente a de provocar uma nova insurreição palestina.

Já no início de abril, isso chegou perto, quando o Ramadã, a Semana Santa e a Páscoa judaica se superpuseram, e as provocações da extrema direita, de Ben-Gvir e dos numerosos grupos fanáticos do Monte do Templo se intensificaram.

Por duas noites consecutivas à meia-noite, a polícia israelense invadiu a Mesquita de Al-Aqsa, lançando granadas de efeito moral, empunhando cassetetes e usando balas de borracha para prender palestinos que, segundo eles, “se barricaram” atrás das portas da mesquita.

Como de costume, a mídia internacional juntou-se ao coro convidando “ambos os lados” a parar a escalada da violência. Os vídeos mostram uma história diferente.

Uma coisa é abundantemente clara. A classe dominante israelense está profundamente dividida. Os eventos estão tomando um impulso que torna mais difícil para os capitalistas encobrir as rachaduras, como faziam no passado.

Essas divisões estão reverberando internacionalmente e minando seriamente a unidade da vital rede mundial de apoio sionista. Vários sionistas tradicionais dos EUA fizeram duras críticas ao governo, até mesmo organizando boicotes à visita de Smotrich aos EUA.

A juventude judaica internacionalmente também se sente cada vez mais repelida pelas ações de Israel. Está ocorrendo uma grande mudança na compreensão da natureza de Israel como um regime opressor.

Um rinoceronte na sala do sionismo “liberal”

Engels escreveu em 1874 que: “Um povo que oprime outro povo não pode emancipar-se. O poder que ele usa para suprimir o outro sempre se volta contra si mesmo”.

Essas palavras impressionantes eram verdadeiras quando aplicadas à opressão russa do povo polonês 150 atrás; elas são ainda mais apropriadas para o Estado de Israel hoje.

O rinoceronte na sala do sionismo liberal é, obviamente, a ocupação e a opressão dos palestinos. Teve um impacto visível mesmo em um movimento de massas significativo como o movimento contra as reformas judiciais.

Os palestinos israelenses não viam sentido em defender uma “democracia” que os discrimina sistematicamente. O pequeno número que tentou se juntar às manifestações, apresentando suas próprias demandas, foi firmemente desencorajado e afastado pelos organizadores sionistas.

O caráter racista e opressor do Estado de Israel é oficialmente sancionado pela Lei judaica do Estado-nação aprovada por Netanyahu em julho de 2018, que abandonou a pretensão de Israel ser um Estado secular.

O princípio democrático burguês de igualdade perante a lei é constantemente violado para reprimir os palestinos, tornando cada vez mais difícil defender o Estado de Israel, mantendo a pretensão de não ter nada a ver com os supremacistas judeus.

O outro rinoceronte na sala é que a ocupação afeta não apenas os palestinos, mas também afeta as condições da classe trabalhadora israelense. Nos últimos 30 anos, Israel experimentou um enorme aumento na desigualdade.

Em 1992, os 10% mais ricos da população em-

bolsavam 27% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres detinham 2,8%. Desde então, a desigualdade aumentou dramaticamente.

Em 2022, os 50% mais pobres da população ganharam 13% da renda nacional total, enquanto os 10% mais ricos ficaram com impressionantes 49%.

A opressão dos palestinos forneceu as condições mais favoráveis para os capitalistas explorarem uma classe trabalhadora dividida.

30 anos depois de Oslo

Vale lembrar que neste ano também se completam 30 anos dos acordos de Oslo, de 1993, entre o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelense, Yitzak Rabin.

Seu aperto de mão para as câmeras na Casa Branca e o prêmio Nobel da paz que compartilharam foram a cereja do bolo da “Nova Ordem Mundial” de “paz” e “prosperidade” introduzidas pelo imperialismo dos EUA após o colapso da URSS.

No caso improvável de alguém querer comemorar os 30 anos dos acordos de Oslo, não haveria muita animação.

Esses acordos deram origem à Autoridade Palestina (AP). Em troca, a OLP garantiu o fim da resistência e se comprometeu a impor um regime capaz de policiar seu próprio povo em nome de Israel.

Como os marxistas haviam alertado na época, os acordos de Oslo eram uma armadilha cruel na qual a liderança palestina caiu de bom grado.

A AP não tem continuidade territorial. Está dividida em 165 “ilhas” palestinas que estão sob administração civil total ou parcial da AP, e uma área contígua (representando 60% do território) que está sob ocupação israelense direta.

Israel decide quanta eletricidade, água e suprimentos médicos serão disponibilizados e está constantemente estrangulando qualquer desenvolvimento possível. Israel está até coletando receitas alfandegárias em



INTERNACIONAL

nome da AP, mas se recusa a transferir esses fundos.

A situação de Gaza sitiada é ainda pior. No que é efetivamente uma enorme prisão a céu aberto sob o controle de Israel e do Egito, 53% da população vive abaixo da linha da pobreza. Ataques e bombardeios israelenses destroem periodicamente a escassa infraestrutura e impedem reparos.

E a AP está falida. Trabalhadores em greve – incluindo 20 mil professores – exigindo salários não pagos estão paralisando os já escassos serviços públicos, enquanto a escassez exacerbada a corrupção e o abuso na alocação dos poucos recursos disponíveis.

Movimento alvoroçado dos colonos

Hoje, a Autoridade Palestina está reduzida a uma garupa moribunda, sob a constante expansão dos assentamentos judaicos ilegais na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

Na época dos acordos de Oslo, o número de colonos era de cerca de 250 mil, incluindo Jerusalém Oriental. Em fevereiro de 2023, o total era de mais de 500 mil colonos na Cisjordânia, e de mais de 220 mil em Jerusalém Oriental.

Cada novo posto avançado traz consigo mais soldados israelenses destacados para proteger os colonos, enquanto centenas de postos de controle tornam a vida dos palestinos um inferno.

Cria-se infraestrutura para dar apoio aos colonos, dando-lhes acesso a 20 vezes mais água, a um preço menor, enquanto os palestinos ficam sem ne-

nhuma. Muros são erguidos para “defender” esses assentamentos. Propriedades palestinas adjacentes são arrasadas por “razões de segurança”. E os colonos estão intensificando seus ataques, sentindo-se fortalecidos pelo governo.

O movimento dos colonos, como o monstro de Frankenstein, adquiriu vida própria, colocando dinamite nos alicerces de Israel.

Em 26 de fevereiro, centenas de colonos invadiram o vilarejo palestino de Huwara, na Cisjordânia, tarde da noite – matando um, ferindo 100 e deixando a cidade em chamas. Smotrich, o “governador” de fato da Cisjordânia, aplaudiu o ataque.

As Forças Armadas também estão intensificando a campanha de execuções extrajudiciais de jovens palestinos que lutam contra a ocupação. Isso inclui incursões, atiradores de elite, execuções por comandos israelenses à paisana e até mesmo colocação de dispositivos explosivos em veículos.

Em maio de 2022, uma proeminente repórter americana-palestina da Al Jazeera, Shireen Abu Akleh, foi baleada na cabeça e morta por atiradores israelenses enquanto cobria eventos no campo de refugiados de Jenin.

No funeral, com a presença de milhares de palestinos, policiais israelenses atacaram os que carregavam seu caixão do hospital em Jerusalém Oriental. O próprio hospital foi invadido, com policiais pisoteando pacientes e lançando granadas de efeito moral, ferindo a equipe médica.

Estes são apenas alguns exemplos de um padrão muito mais amplo de re-

pressão sistêmica brutal pelas forças israelenses.

Isso nem arranha a superfície das humilhações diárias: confisco de documentos de identidade nos postos de controle; detenções e registros; assassinatos de amigos e familiares de combatentes palestinos; e detenção indefinida e coletiva que pode durar anos sem julgamento.

Mas a única coisa que Israel está conseguindo com tudo isso é aumentar a determinação da juventude para lutar contra uma ocupação sem fim.

Aumento da resistência palestina

Os colonos fanáticos estão determinados a conquistar, palmo a palmo, o que consideram sua terra, concedida a eles por direito divino. Eles se tornaram a tropa de choque da extrema direita sionista.

Por outro lado, a juventude palestina não tem mais nada a perder e está determinada a não se deixar intimidar. Alguns estão dispostos a pagar com suas vidas – e muitas vezes o fazem. Tragicamente, eles ficaram sem alternativa, já que a liderança da AP está do lado dos ocupantes.

A AP está, de fato, dobrando a repressão contra a resistência, com oficiais da AP aumentando a cooperação de vigilância com Israel e treinando 5 mil oficiais de segurança da AP na Jordânia.

O cinismo em relação à AP tornou-se tão generalizado que, em uma pesquisa recente, 52% dos palestinos declararam que o colapso ou a dissolução da AP seria de seu interesse.

O fracasso das lideranças da OLP e do Fatah foi exposto pelo movimento maciço contra o bombardeio de Gaza em 2021, que levou à greve geral palestina de 18 de maio.

A Revolta da Unidade viu uma luta palestina unificada em Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental, incluindo palestinos israelenses.

Desde então, Israel desencadeou uma onda de repressão contra a juventude, com 7 mil prisões apenas em 2022. Em Jenin, dos 136 palestinos mortos na última década, 106 foram mortos nos últimos 27 meses.

A partir dos campos de refugiados, grupos unificados de defesa armada foram criados pelos jovens, independentemente de suas alianças políticas, para resistir à ocupação e defender os campos de refugiados.

A OLP não desempenhou nenhum papel em tudo isso. O movimento tem sido liderado pela juventude.

Lute pela revolução

Estes são apenas os primeiros tiros de uma crise muito maior – a mais grave que Israel enfrentou em décadas.

Divisões agudas estão se abrindo na classe dominante sionista, minando seu apoio internacional. As prioridades do imperialismo norte-americano estão mudando, distraídos pela Ucrânia e pelos crescentes atritos com a China.

O papel da China na intermediação de um acordo entre os arqui-inimigos Arábia Saudita e Irã também deve ter um impacto na relação de forças na região, forçando a mão de Israel.

O aumento da desigualdade e da inflação es-

tão corroendo os padrões de vida dos trabalhadores israelenses, revelando o abismo entre eles e os capitalistas.

Crises e movimentos revolucionários estão se formando em todo o Oriente Médio, enquanto uma nova Intifada irá expor e abalar os alicerces da ocupação.

Hoje, o Estado de Israel é um aliado confiável dos EUA; um pilar fundamental da reação imperialista no Oriente Médio – embora as políticas incendiárias de Netanyahu estejam minando isso.

É um poderoso Estado capitalista, onde o domínio da burguesia sionista se baseia na opressão dos palestinos, apoiada pelos administradores pequeno-burgueses da desmoronada Autoridade Palestina.

É essa cadeia de opressão que precisa ser rompida. Isso só pode acontecer como parte de um movimento mais amplo para derrubar o capitalismo na região.

Somente o estabelecimento de uma Federação Socialista do Oriente Médio – como primeiro passo para uma Federação Socialista Mundial – pode superar a opressão dos palestinos.

Uma economia democraticamente planejada poderia oferecer os recursos para garantir uma vida melhor a todos os povos da região e lançar as bases materiais para a emancipação real dos palestinos, dos judeus e de todos os povos do Oriente Médio, acabando com a atual pesadela imperialista.

Montecruz Flickr



“A situação pode mudar em 24 horas – e se transformar em um novo Maio de 68”

| JOHANNES HALTER

Publicamos abaixo uma entrevista exclusiva concedida por Jérôme Métellus. Ele falou sobre o movimento que colocou milhões de trabalhadores e jovens nas ruas desde janeiro, e sobre a crescente polarização de classes na França. Jérôme é o secretário-geral da *Révolution*, a seção francesa da Corrente Marxista Internacional (CMI). O camarada também relatou a atuação dos militantes da CMI e de como a corrente está se conectando à juventude radicalizada que entrou em luta contra as medidas autoritárias do governo.

Acompanhamos com muito interesse as grandes manifestações e greves que têm ocorrido na França nos últimos meses. Você pode explicar para nossos leitores quais os principais motivos que levaram à atual situação? A razão imediata deste movimento foi a reforma previdenciária imposta pelo governo Macron, que eleva a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos. Mas o desenvolvimento que temos visto, desde 19 de janeiro, é a expressão massiva de um profundo e mais amplo descontentamento geral sobre a inflação,

o desmonte dos serviços públicos, os ataques aos servidores públicos, a deterioração das condições de trabalho – e as consequências de todas as contrarreformas das últimas duas décadas.

Esse movimento precisa ser analisado no contexto de crise geral do capitalismo francês e da curva ascendente da luta de classes, em uma sequência de movimentos de massas desde 2003, em especial desde 2010. O movimento dos Coletes Amarelos de 2018-2019 foi parte desta tendência geral.

Vimos que a juventude também se colocou em movimento nacionalmente, ainda que o gatilho das mobilizações tenha sido a questão do aumento da idade de aposentadoria. Por que os jovens têm se solidarizado com os trabalhadores grevistas contra o governo? A solidariedade com os trabalhadores é uma tradição consolidada do movimento estudantil na França. Maio de 68 deixou uma marca profunda a este respeito. Mas se olharmos de perto a mobilização dos universitários e dos secundaristas, nessa época, é preciso dizer que antes do uso do artigo constitucional 49.3 (que permitiu ao presidente aprovar sua refor-

ma previdenciária sem o voto do Parlamento) essa participação estava muito pequena se comparada com os movimentos do passado. Isso não deve causar surpresa: o jovem estudante não estava pronto para se mobilizar apenas pela questão da reforma da previdência.

Esse movimento precisa ser analisado no contexto de crise geral do capitalismo francês e da curva ascendente da luta de classes, em uma sequência de movimentos de massas desde 2003, em especial desde 2010

Sobre isso, é significativo que uma grande parcela da juventude se mobilizou quando o governo impôs a contrarreforma com o “49.3”. Foi esse passo antidemocrático de Macron que os convenceu a tomar as ruas. E, claro, por trás das palavras de ordem democráticas, a juventude de fato se mobilizou contra o próprio regime. Se a direção dos sindicatos tivesse expressado esse ânimo, a luta de classes poderia ter assumido um rumo muito

Toufik-de-Planoise, Wikimedia Commons



Manifestação intersindical contra a reforma da Previdência de 11/2, em Besançon, na França



Esrudantes secundaristas e universitários participam junto dos trabalhadores nas mobilizações contra a reforma da Previdência

mais radical e explosivo. Mas é precisamente por causa disso que esses dirigentes não expressam essa disposição: eles ficaram horrorizados com o movimento espontâneo da juventude.

Noticiamos o fortalecimento de uma oposição no movimento sindical francês que apresenta reivindicações mais radicais. Como tem ocorrido esse processo de radicalização dos trabalhadores? O recente Congresso da CGT – que é a entidade mais militante e radical – marcou uma reviravolta espetacular na história desta confederação sindical. A ala esquerda estava mais forte e ofensiva do que nunca, mesmo com a ala direita manobrando para manter o controle sobre a direção. Por exemplo, o “Relatório de Atividades”, que era um balanço da gestão que se encerrava, foi rejeitado por 50,3% dos votos. Foi algo inédito.

Isso foi uma confirmação do fato de que, com exceção da luta contra o “Contrato do Primeiro Emprego” em 2006, a CGT tem acumulado apenas derrotas em um nível nacional nos últimos 20 anos. A polarização interna da CGT não vai acabar tão cedo. Ao contrário, ela vai se intensificar nos meses e anos que virão, como uma consequência do crescimento da polarização de classes na sociedade como um todo. A esquerda da

CGT – chamada “Unité CGT” – está se tornando mais e mais organizada.

Durante o congresso, a Unité CGT apoiou uma “Contribuição” muitíssimo mais radical do que o documento político apresentado pela direção. Eles defenderam a ideia de uma “tarefa dupla” para a CGT, que “requer trabalhar em uma base cotidiana para melhorar a vida dos trabalhadores (jornada de trabalho, salários, condições de trabalho etc.) e, ao mesmo tempo, conectar esta luta à emancipação dos trabalhadores, por meio da expropriação dos capitalistas”. Este é um desenvolvimento muito positivo, apesar das limitações dessa oposição de esquerda, que apesar de tudo continua tendo um caráter reformista.

Qual tem sido a atuação de Révolution, a seção francesa da Corrente Marxista Internacional (CMI), junto a esse movimento de radicalização política na França? Publicamos cinco números de nosso jornal, com nossa análise do movimento. Vendemos centenas de exemplares nas 13 manifestações que ocorreram desde janeiro. Intervimos nas assembleias gerais que ocorreram em universidades, explicando nossa posição – que é: a palavra de ordem de rejeitar a reforma da previdência, por si só, é insuficiente. Para encorajar a mobilização de novas camadas de jovens e trabalhadores, precisamos lutar por um programa muito mais amplo e radical. O que é necessário é um programa

que abra a perspectiva de colocar um fim aos problemas da maioria esmagadora da população. Esse programa precisa estar conectado ao objetivo de derrubar Macron e seus apoiadores.

Por outro lado, apenas grandes manifestações não são o suficiente. Se queremos ganhar, greves bem organizadas e por tempo indeterminado precisam se desenvolver em um número cada vez maior de setores. Isso é precisamente o que estava faltando nos últimos meses: os setores melhor mobilizados têm permanecido isolados. Isso não é culpa dos trabalhadores, mas sim das direções dos sindicatos, que não têm feito absolutamente nada para tentar desenvolver um movimento de greve por tempo indeterminado.

Essa ideia, porém, foi muito bem recebida pelos estudantes.

Qual foi o caráter das manifestações do Dia do Trabalhador deste ano diante desse movimento todo? Com mais de 2 milhões de pessoas nas ruas, em nível nacional, esse foi o maior 1º de Maio desde o 1º de Maio de 2002, quando Jean-Marie Le Pen (o pai de Marine Le Pen) avançou para o segundo turno das eleições presidenciais. Isso foi mais uma confirmação do sentimento explosivo que está se desenvolvendo na França.

Quais as perspectivas para a situação colocada para os trabalhadores e jovens que se colocaram em movimento na França? As greves por tempo indeterminado acabaram. As lideranças sindicais têm feito tudo que podem para controlar o movimento – e para colocá-lo no rumo de uma derrota. Além disso, o governo parece estar vitorioso. Porém, essa vai ser uma vitória de Pirro. Macron está mais fraco do que nunca, não tem uma maioria no Parlamento. E novamente, o estado de espírito é mais explosivo do que nunca, com a inflação alimentando constantemente a fúria geral. A situação como um todo pode mudar em 24 horas – e se transformar em um novo Maio de 68.



No cartaz lê-se: “Macron o fantoche dos patrões!”